Aos oito dias do mês de junho de dois mil e vinte, às nove horas e trinta minutos, reuniram-se nas dependências do PLASS, os membros do Conselho de Administração do Impres: Juliana Kusnier, Janete Zanatta, Nivia Moreira Baretto, Sulany de Fatima Bortolosso Welter, Marcos Antonio Bordin da Rosa, Andre Sauer, Loeri Jose Luvison, Fabiano Grando Poletto e Rafael Martini Veiga. A presidente iniciou falando sobre o oficio nº 14/2020 enviado pela Diretoria Executiva comunicando que encaminhará, até a data de cinco de junho, para apreciação da Câmara de Vereadores, projeto de lei complementar, visando a reforma previdenciária, adotando as regras dos servidores federais para os servidores do município de Joaçaba, em desacordo com a sugestão e solicitação do Conselho. A proposta feita pelo Conselho de Administração visa dividir o projeto em duas partes, a primeira contemplando somente o aumento das alíquotas de contribuições dos servidores ativos para 14%, cumprindo a determinação da Emenda Constitucional nº 103/2019, juntamente com a criação das alíquotas de 14% de contribuição para os inativos a partir de um piso mínimo do município, a segunda com os demais itens da reforma, como idade mínima para aposentadoria e estabelecimento de percentuais para obtenção do salário de aposentadoria. Este último o Conselho solicitou tempo para analisar e fazer suas sugestões e considerações. O conselheiro Marcos mencionou da importância e do impacto da reforma na vida dos servidores, por isso se faz necessário uma análise com amplo debate. Em virtude dos últimos acontecimentos e das visíveis dificuldades enfrentadas pelo Conselho de Administração em relação a postura da Diretoria Executiva um dos itens da pauta foi a destituição do cargo de Diretor Presidente do Instituto e do cargo de Diretor de Previdência e Atuária, sendo esta, aprovada por unanimidade. O Conselho estará analisando alguns nomes para ocupar as vagas remanescentes nas próximas semanas. A presidente informou que, no dia cinco de junho, foi convidada para participar de uma reunião com o prefeito Dioclesio Ragnini na data de oito de junho com a presença de todos os conselheiros, as dezesseis horas e trinta minutos, porem a pauta do encontro não foi repassada. A participação no encontro foi colocada em votação, sendo que a maioria dos conselheiros votou pela não participação, haja vista, a reunião do Conselho ter ocorrido nesta data no período da manhã, e alguns conselheiros já terem compromissos agendados. O Conselho irá aguardar a apresentação do cálculo atuarial, agendada para o dia dez de junho, as dezessete horas, antes de tomar qualquer decisão a cerca do projeto de lei de reforma previdenciária. Encerrada a pauta do encontro, a reunião foi finalizada e eu, Rafael Martini Veiga, redigi a presente ata.